



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**



**RUTHY BARRETO SANTOS NUNES**

**MEMÓRIA: CONVERGÊNCIAS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2014**

**RUTHY BARRETO SANTOS NUNES**

## **MEMÓRIA: CONVERGÊNCIAS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Núcleo de Ciência da  
Informação da Universidade Federal de  
Sergipe para obtenção do grau de bacharel  
em Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Profa. Ma. Márcia Ivo Braz

**SÃO CRISTÓVÃO**

**2014**

N972m

Nunes, Ruthy Barreto Santos.

Memória: convergências com a Ciência da Informação. / Ruthy Barreto Santos Nunes. Aracaju: O autor, 2014.

54p.: il.:

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Márcia Ivo Braz

1. Memória. 2. Informação. 3. Recuperação da informação. 4. Ciência da Informação 5. Registros informacionais. I. Título.

CDU - 020

CDD - 020

# **MEMÓRIA: CONVERGÊNCIAS COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**RUTHY BARRETO SANTOS NUNES**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Núcleo de Ciência da  
Informação da Universidade Federal de  
Sergipe para obtenção do grau de bacharel  
em Biblioteconomia e Documentação.

**Nota:**\_\_\_\_\_

**Data de Apresentação: 24 de fevereiro de 2014**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>./Ma Márcia Ivo Braz**  
(Orientador)

---

**Prof<sup>a</sup>./Ma. Gleyse Santos Santana**  
(Membro Convidado - Interno)

---

**Prof./Me. Antonio Edilberto Costa Santiago**  
(Membro Convidado - Interno)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a DEUS, por me conceder mais outra vez condições física e psicológica para concluir mais uma formação acadêmica, fase esta, importantíssima na minha vida, por me proporcionar maiores oportunidades de atuação profissional.

Agradeço a minha família pelo apoio e força, e ao meu esposo que sempre esteve comigo, compartilhando incentivo, dedicação, paciência e principalmente amor, por suportar em todo o tempo cada momento ao meu lado.

Aos meus professores do Núcleo de Ciência da Informação por contribuírem de maneira carinhosa para esta realização. E em especial a minha orientadora Márcia Ivo Braz, por me proporcionar tranquilidade e confiança durante o percurso do semestre me orientando de maneira paciente e responsável.

*“Ora, o conhecimento se produz por meio  
de memórias de um passado consolidado  
no presente.”*

**Jacques Le Goff**

## RESUMO

Partindo do princípio que os registros informacionais contribuem para a construção e perpetuação da memória, esta pesquisa teve como objetivo geral demonstrar a importância dos registros informacionais como fontes de conhecimento, contribuindo para a construção e preservação da memória, bem como para a disseminação e recuperação da informação no âmbito da Ciência da Informação. A natureza desta pesquisa se caracteriza como exploratória por ter como finalidades desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Considerando a importância da informação para a construção da memória, faz-se necessário enfatizar o tratamento aos registros informacionais através da preservação e conservação dos mais diversos suportes documentais. Para que essa informação possa ser disponibilizada e acessada deve estar organizada, registrada e resguardada em algum lugar – físico ou virtual: instituições que sempre existirão como estoques ou lugares que armazenam a informação e serão imprescindíveis para a preservação dos registros informacionais. Porém, a informação não registrada em algum tipo de suporte físico ou virtual, por mais importante que seja não é passível de uma socialização mais ampla. No entanto, a informação que é registrada equivale ao conceito de registro informacional, podendo contribuir significativamente na preservação e recuperação da memória. Por conseguinte, a preservação dos registros informacionais deve ser uma prática permanente, pois uma vez destruídos, a recuperação da informação pode se tornar inviável. Para evitar danos a estes registros informacionais, uma das alternativas disponíveis é o acondicionamento correto, o qual pode contribuir para a conservação dos acervos documentais. Atribui-se a Ciência da Informação essa organização, tratamento da informação e consequentemente aos registros informacionais, por ser a área que tem como objeto de estudo a informação, visando sua organização e seu tratamento, para que futuramente essa informação possa ser utilizada por mais gerações sem limitações de tempo e espaço.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. Informação. Memória. Recuperação da informação. Registros informacionais.

## ABSTRACT

Assuming that the informational records contribute to the construction and perpetuation of memory, this research investigation aims to demonstrate the importance of informational records as sources of knowledge, contributing to the construction and preservation of memory, as well as for the dissemination and retrieval of information within the information Science. The nature of this research is characterized as exploratory purposes to have as develop, clarify and modify concepts and ideas, in order to formulate more accurate searchable problems or hypotheses for further studies. Considering the importance of information for the construction of memory, it is necessary to emphasize the informational treatment records through the preservation and conservation of various documentary media. So that this information can be made available and accessed must be organized, registered and protected somewhere - physical or virtual: institutions that will always exist as inventory or places that store data and are indispensable for the preservation of informational records. However, information not recorded in some sort of physical or virtual support, important though it is not likely to be a more socialized. However, the information is recorded equal to the concept of information record, may significantly contribute to the preservation and recovery of memory. Therefore, preserving the informational records should be a permanent practice, because once destroyed, information retrieval can become unwieldy. To prevent damage to informational records, one of the available alternatives is the correct packaging, which can contribute to the conservation of documentary collections. Assigns to this organization Information Science, information processing and consequently to informational records, being the area that has as its object of study information, aiming its organization and treatment, in future this information can be used by several generations without limitations of time and space.

**Keywords:** Information Science. Information. Memory. Information retrieval. Informational records.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CI** - Ciência da Informação

**CNPq**-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**RI** – Recuperação da Informação

**TICs**–Tecnologias da Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>13</b>
<b>3 MEMÓRIA.....</b>	<b>15</b>
<b>4 MEMÓRIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ALGUMAS CONVERGÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>
<b>5 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como repertórios comprobatórios da memória, os registros informacionais são considerados elementos essenciais para sua construção, possibilitando a disseminação e recuperação da informação. De modo geral, a memória é representada através de registros, os quais armazenam informações, e estes são objetos da Ciência da Informação (CI) no que tange ao tratamento documental e principalmente a preservação desses e sua disseminação.

É a partir do processo do tratamento da preservação e conservação destes registros que se fundamenta a memória, e nesse sentido, há várias concepções teóricas elencadas ultimamente a respeito dessa discussão. Portanto, percebe-se que algumas Ciências se utilizam das abordagens sobre a memória, enfatizando sua importância na valorização dos registros informacionais, sendo estes, objetos da própria memória e da Ciência da Informação.

Partindo deste pressuposto, é interessante mencionar a relevância da construção e preservação da memória para o campo de diversas Ciências, em especial no âmbito da Ciência da Informação, sendo este o principal objeto desta pesquisa, no que diz respeito à seriedade sobre o enfoque da preservação e conservação dos registros informacionais que possibilitam a construção da memória e a geração de informação, contribuindo também para a aquisição do conhecimento.

Considerando essa importância dos registros informacionais, faz-se necessário enfatizar que as Ciências também buscam nesses registros a elaboração de suas pesquisas científicas, analisando-os como fontes de informações e que mediante a metodologia de seu armazenamento e preservação possibilita a construção da memória, no sentido de ser possível a futura recuperação desta.

Desta maneira, evidencia-se a apropriação da memória nos mais variados suportes, - os registros informacionais – que devidamente arquivados, salvaguardam informações, sendo estas o principal objeto da Ciência da Informação e que proporcionam aos indivíduos a obtenção do conhecimento.

Sobre a questão salvaguarda, que constitui um paradigma instituído e vivenciado ao longo de um grande período, Le Goff (2000) afirma que os silêncios

e esquecimentos da História são instrumentos de dominação ou mesmo de manipulação das classes dominantes das sociedades históricas, já que os lugares da memória, como os museus, bibliotecas e arquivos, originalmente, foram concebidos para guardar acervos reais ou para servir as monarquias, antes de se tornarem públicos, e assim partirem para o paradigma da disseminação e acesso à informação e ao conhecimento.

Desse modo, a presente pesquisa teve como objetivo geral demonstrar a importância dos registros informacionais como fontes de conhecimento, contribuindo para a construção e preservação da memória, bem como para a disseminação e recuperação da informação no âmbito da Ciência da Informação. A partir de então, especifica-se ressaltar a importância da preservação dos registros informacionais como fontes de conhecimento e construção de memória, bem como, destacar a importância da preservação da memória para a disseminação e recuperação da informação e analisar a relevância da construção e preservação da memória enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação.

A pesquisa teve algumas abordagens necessárias a fim de fundamentar e contextualizar o trabalho, tais como: procedimentos metodológicos, em que configura a pesquisa como bibliográfica, por ser desenvolvida a partir de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos; aborda também várias conceituações da palavra memória, por ser um termo polissêmico e interdisciplinar, abordado a partir das perspectivas variadas de algumas áreas do conhecimento; a outra abordagem se trata de algumas convergências da memória e ciência da informação; e a última abordagem se refere ao panorama histórico da Ciência da Informação, como campo interdisciplinar do conhecimento.

A fim de enfatizar maiores discussões e a prática permanente do tratamento e disseminação da informação nos registros informacionais - principais instrumentos para a construção da memória científica -, esta pesquisa também relacionou alguns dos problemas documentais ocasionados pela falta de interesse com esta prática permanente do tratamento da informação.

Considerado este fator como relevante para a Ciência da Informação, verificou-se que a memória constitui-se como instrumento de perpetuação do conhecimento, contribuindo efetivamente na organização e no tratamento dos

registros informacionais, sendo estes elementos primordiais para a preservação da memória.

Dessa forma, é interessante que se amplie oportunidades de ocupação dos profissionais bibliotecários e documentalistas para atuarem nesse ambiente de trabalho, pelo fato destes obterem habilidades e competências para exercerem tal demanda de atividades, sendo aptos na organização informacional e na gestão do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O método utilizado se restringe às abordagens teóricas de pesquisadores e cientistas de áreas do conhecimento que adotam discussões sobre a relevância epistemológica da memória, enfatizando sua influência nas ciências, sobretudo do ponto de vista das Humanas, Sociais, Psicologia Social, além da Ciência da Informação. Em todas estas ciências, a memória é abordada como objeto de estudo a partir de análises características de cada área do conhecimento.

Porém, é de interesse nesta pesquisa ressaltar reflexões pertinentes sobre a memória no campo da Ciência da Informação, como modalidade representativa da disseminação e recuperação da informação, o que caracteriza esta pesquisa como exploratória. Gil (2008, p. 44) assinala que as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas, bem como aquelas referentes à ideologias, que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso.

Dessa forma, o presente trabalho se configura como pesquisa bibliográfica, tendo como base a transcrição de conceitos e citações de teóricos que considerando memória e Ciência da Informação como objetos de pesquisa, “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.” (GIL, 2002, p. 54).

Assim, de acordo com o tipo de pesquisa, o método utilizado foi o bibliográfico, baseando-se em teóricos que abordaram essa temática no sentido de demonstrar sua real importância para a Ciência da Informação.

A problemática em pauta é abordada a partir da observação no método de tratamento dos registros informacionais, no sentido da importância para sua vitalidade, sendo necessário para que se perpetuem uma prática permanente de tratamento, priorizando a organização e preservação para assim, possibilitar a disseminação e recuperação da informação.

### 3 MEMÓRIA

O termo memória pode atender a vários significados, dependendo do campo em que esteja sendo aplicado, com distintas variações de conceitos. Existem muitas concepções de memória abordadas por áreas do conhecimento, sobretudo das Ciências Humanas (Biologia, Psicologia e Psicanálise), das Ciências Sociais e, ultimamente em evidência no campo da Tecnologia e da Ciência da Informação. Logo, cada uma dessas Ciências conceitua a memória como objeto de estudo epistemológico próprio, perpassando especificadamente suas definições e características de modo a satisfazer os anseios de cada ponto de vista que são estabelecidos, considerando as áreas de atuação.

Para tanto, faz-se necessário enfatizar algumas conceituações sobre memória, no sentido de fundamentar a temática em questão a partir das principais concepções teóricas a respeito do objeto de estudo abordado.

Etimologicamente, a palavra memória, de origem latina, deriva de “*menor e oris*”, e significa “o que lembra”, ligando-se, assim, ao passado; portanto, ao já vivido (GIRON, 2000), e de origem grega, deriva de “*mnemis*”, recoberta de um halo de divindade, pois referia-se à “deusa Mnemosyne, mãe das Musas, que protegem as artes e a história” (CHAUÍ, 2005, p. 138). Em ambos os casos, a palavra denota significado de conservação de uma lembrança, e trata-se de um termo presente e utilizado por várias ciências, sendo absorvida pelas novas correntes historiográficas.

A nível individual, a memória é a capacidade de um conjunto de funções psíquicas que possibilitam conservar certas informações, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1996, p. 423).

O conceito de memória abordado por Diehl (2002) é que:

Memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais –, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. Ela

possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger a totalidade do passado num determinado corte temporal. [...] Nesse nível, ela representa possibilidades de aprendizagem e de socialização, expressando assim continuidade e identidade daquelas tradições. (DIEHL, 2002, p. 116-117).

Desse modo, a memória por ser apresentada individual e coletivamente, está intrinsecamente atrelada à capacidade humana na sua formação cognitiva e social. Nesse sentido, Azevedo Netto (2008) corrobora que:

A noção de memória está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individuais quer coletivas, aproximando-a, em muito da noção de identidade. A noção de memória, portanto, se dá perante, a situação de estetização simbólica ou, em outras palavras, a ornamentação de signos e significados de determinados grupos sócias étnicos privilegia uma re-colonização das experiências do cotidiano. [...]. (DIEHL, 2002, p. 113 apud AZEVEDO NETTO, 2008, p. 12).

Pelo fato das Ciências supracitadas utilizarem o campo da memória como objeto de estudo, é relevante mencionar cientificamente a importância de enfatizar tais discussões no sentido de demonstrá-la como elemento essencial para a obtenção do conhecimento e desenvolvimento intelectual humano, proporcionando-lhe condição de sobrevivência em meio ao ambiente social.

A memória nas Ciências Humanas tais como psicologia, psicanálise e biologia, refere-se à função específica no sistema nervoso de emitir e receber informações através de substâncias neuronais (células nervosas), que ao serem liberadas e posteriormente ligadas em proteínas de superfície celular, passam a ser denominadas de receptoras, relacionando-se aos mecanismos fisiológicos e moleculares que cumprem um papel fundamental na formação e na consolidação da memória humana.

É pela memória que se permite a associação de sinais físicos, sonoros e gráficos, bem como o uso das línguas naturais, proporcionando ao indivíduo habilidades estruturadas, como condições essenciais para sua própria sobrevivência na sociedade.

A memória, sob uma perspectiva evolutiva, foi definida por Chapouthier (2005, p. 9 *apud* MONTEIRO; CARELLI, 2006) em dois sentidos. No sentido estrito, “memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento” (2005, p.9 *apud* MONTEIRO; CARELLI,

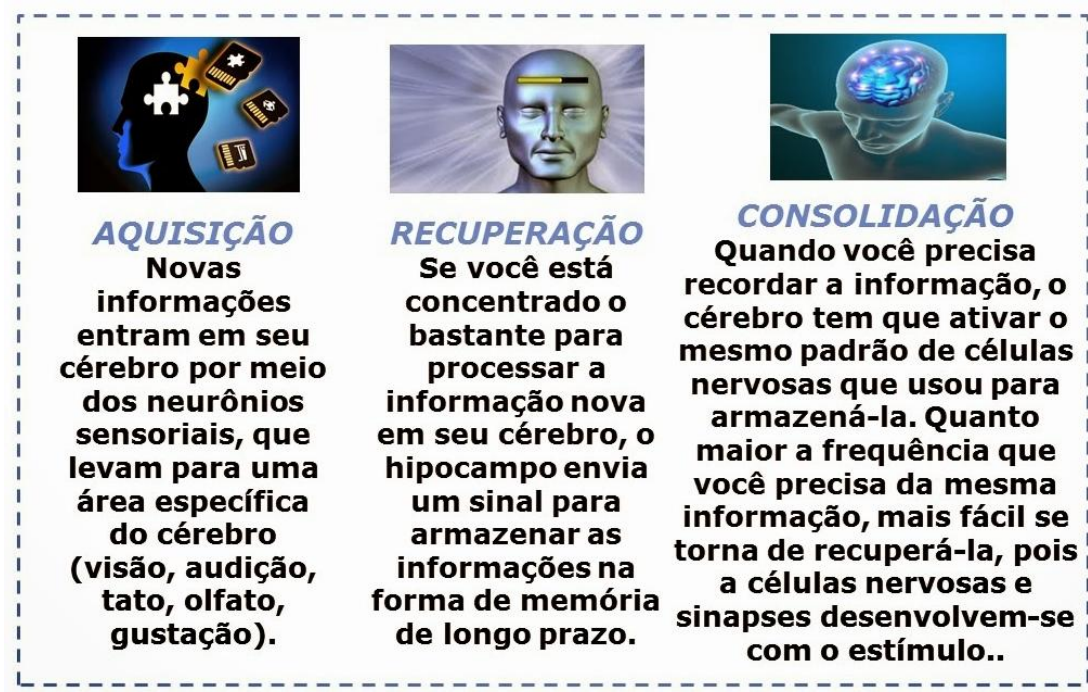


2006), e em uma concepção mais ampla, o autor ainda afirma que a memória é, também, “[...] todo traço deixado no mundo ou nos componentes deste por um determinado evento”.

A memória é originada na fase conhecida por aquisição e que consiste na chegada das informações aos sistemas sensoriais (visual, tátil, auditivo, olfativo e gustativo) na forma de estímulos. Os dados que chegam ao cérebro são processados em diferentes regiões e resultam em memórias.

As fases de armazenamento e recuperação da memória podem ser ilustradas na figura 1, demonstrada abaixo:

**Figura 1:** Fases de armazenamento e recuperação da memória



Fonte: [http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2012\\_12\\_01\\_archive.html](http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2012_12_01_archive.html)

Conforme ilustrado na figura 1, nota-se que a memória consiste em um amplo armazenamento de dados, fragmentos ou traços guardados, que eventualmente são amostras de fatos sociais que ao se associarem formulam a informação para recuperação futura. Segundo Barros (2005), uma forma simples de defini-la seria dizer que “memória é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações. A aquisição é também denominada de aprendizado e a evocação também chamada recordação, lembrança, recuperação”.

Desta forma, as Ciências Sociais utiliza a memória como elemento indissociável na convivência humana com o meio social, relacionando a utilização da memória aos hábitos de pensar, dialogar e agir que originam os processos mentais, inclusive a personalidade. Ou seja, promove a adaptação do ser ao meio, a fim de contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento. “A memória não pode existir sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não pode sobreviver sem os suportes técnicos que nos inscrevem numa determinada cultura, tradição” (FERREIRA; AMARAL, 2004, p.138).

Entende-se como ramificações da memória nas Ciências Sociais a memória individual e a memória coletiva, em que o indivíduo participa, portanto, destes dois tipos de memória, sendo a individual uma mera combinatória das inúmeras coletivas. “A memória coletiva refere-se à memória da sociedade oral, pois, com o advento da escrita, a memória coletiva se materializa em duas formas: a primeira é a comemoração, a memória no formato da inscrição e do monumento, e a segunda, é a forma do documento em suportes próprios para o registro da escrita.” (LE GOFF, 2003, p.427).

Wertsch *apud* Murguia (2010, p. 21) assinala que a memória individual é objeto da psicologia e a coletiva das ciências sociais, o que no entender de Murguia (2010, p. 21) “[...] evidencia um enfoque ou um arcabouço teórico dessas disciplinas que determinará a criação de dois objetos diferentes”.

Segundo Simson (2000, p. 63-64) que também se reporta à memória individual e à coletiva, “a memória individual é aquela guardada por um indivíduo e se refere às próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social onde o indivíduo foi socializado.” E em relação à memória coletiva, é “aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade” (*Idem*).

Para Dodebei (2010) a memória tanto pode ser estudada do ponto de vista individual (objeto das neurociências) como da perspectiva de uma construção social, na qual os grupos sociais constroem um passado que é compartilhado. Assim, as memórias não estariam materializadas somente nos corpos ou mentes, mas na sociedade circundante, através dos diversos grupos que as compõe.

Contudo, Halbwachs (2006) acrescenta que:

Isso se dá na medida em que, para recordar, os indivíduos precisam utilizar convenções sociais que não são criadas por eles – afinal, o

funcionamento da memória individual, não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente – e também de outras pessoas que possam legitimar suas próprias recordações – “para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras. (HALBWACHS 2006, p. 72).

Partindo deste pressuposto, entende-se que não há memória sem artifícios, como por exemplo, a linguagem e a escrita. Certamente, os autores reportaram-se, na citação supracitada, à memória social, enfatizando que a memória e os registros informacionais são elementos indissociáveis. A memória, enquanto fenômeno social, pode ser entendida como a tradição e a cultura de um povo, podendo também ser considerada como memória coletiva, pelo fato de ultrapassar a memória individual e biológica de um indivíduo para a memória de uma sociedade. Portanto, “falar de memória é falar de uma certa estrutura de arquivamento que nos permite experiências socialmente significativas do passado, do nosso presente e de nossa percepção do futuro” (FERREIRA; AMARAL, 2004, p.139).

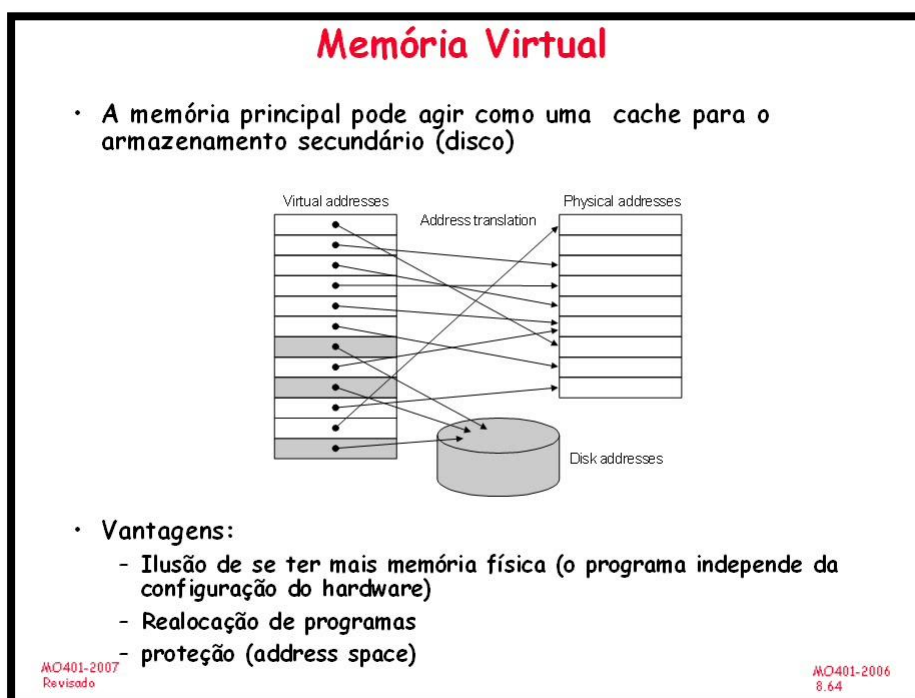
Essa capacidade de armazenamento ou memorização de informações não é somente exclusiva dos seres humanos, é também analisada pela Tecnologia Computacional, observada sob o ponto de vista da sociedade contemporânea. Essas novas tecnologias da informação possibilitam cada vez mais a ampliação do armazenamento da produção do conhecimento humano nos mais variados suportes tecnológicos, que atuam como mecanismos ativos, podendo assim fornecer a comunicação a partir do relacionamento com os sujeitos. Nesse sentido, Lévy (1999) aponta que:

[...] a escrita permite uma situação prática de comunicação radicalmente nova. Pela primeira vez os discursos podem ser separados das circunstâncias particulares em que foram produzidos. [...] com a escrita, as representações perduram em outros formatos que não o canto ou a narrativa, tendência ainda maior quando se passa do manuscrito ao impresso e à medida em que o uso dos signos escriturários torna-se mais intenso e difundido na sociedade. (LÉVY, 1999, p. 89-92)

Nesse contexto, faz-se necessário citar como exemplo a memória virtual, (figura 2) que é um espaço variável e reservado no disco onde o Sistema Operacional (Windows, por exemplo) continua armazenando os dados, que de maneira genérica forma um somatório de inúmeras informações em tempo real permitindo o acesso de todos os tipos de transferência de dados interligados em rede mundial e que são disponibilizados nesse espaço.

Portanto, o acesso a essa memória é feito de maneira aleatória, permitindo diferentes combinações de milhares de dados através das redes. Essa capacidade de democratização das informações atua também como suporte que arquiva essas mesmas informações e que são principais subsídios para a construção da memória ao longo do tempo. Neste aspecto, “o suporte digital não contém um texto legível por humanos, mas uma série de códigos informáticos que serão eventualmente traduzidos por um computador em sinais alfabéticos para um dispositivo de apresentação” (LÉVY, 1999, p. 39).

**Figura 2:** Memória virtual



**Fonte:** [http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/search\\_result.php?query=MO401&type=group](http://cameraweb.ccuec.unicamp.br/search_result.php?query=MO401&type=group)

Para tanto, o termo “virtual” é associado como perfeito oposto de “real”, tangível, o que significaria à inexistência física de tudo aquilo que faz parte do universo virtual. Entretanto, Pierre Lévy (1999) destaca que para a filosofia escolástica, virtual não é o que não existe em ato, mas o que existe em potência, tendendo a atualizar-se sem se concretizar efetivamente. Isto posto, a memória digital que armazena uma informação representa o agente operador de uma potencialização desta, enquanto que a realização depende da subjetividade humana através da leitura. Ressalta-se, portanto, que a potencialidade do avanço tecnológico contribuiu para a virtualização da informação e, conseqüentemente da

memória. Em meio à velocidade do fluxo de informação, apontada por Le Coadic (2003), caminhamos para uma crescente virtualização da informação, do conhecimento e também da memória. E nessa perspectiva, a invenção de novas velocidades é o primeiro grau de virtualização (LÉVY, 1999).

Na concepção da Ciência da Informação, como uma área investigativa das propriedades e procedimentos da informação, bem como da busca de controle de fluxos informacionais, meios, técnicas e métodos para que os processos organizacionais tornem a informação acessível e, também, para que haja êxito na recuperação, armazenamento e transmissão da informação, compreende-se que uma das suas funções primordiais é a de auxiliar a melhoria das instituições, no que tange aos processamentos de cunho informacional, visando à acumulação e transmissão do conhecimento (FERREIRA; ALMEIDA JÚNIOR, 2013).

A partir de uma perspectiva cultural, a informação desempenha o papel de materializar valores, princípios, normas, condutas e características de determinado grupo e/ou indivíduo. E, principalmente, cabe à informação a função de comunicar tais expressões da cultura, ao mesmo tempo possibilitando e promovendo as relações sociais entre estes grupos e indivíduos.

Com o advento da escrita, os fatos poderiam ser registrados em suportes, não mais sendo de inteira responsabilidade da memória humana a obtenção das informações e a função de reter e preservar os acontecimentos. Nesse contexto, a memória abstrai-se do sujeito, e assim então, se estende aos mais variados tipos de suportes. No entanto, a tendência, com o aparecimento da escrita, é registrar os fatos em suportes, possibilitando uma durabilidade dos acontecimentos registrados em que é atribuído um caráter de materialidade, consistindo a esse tipo de suporte a memória impressa do conhecimento.

Lévy, (1993) aborda que os suportes de inscrição dos fatos (a argila, as tábuas de cera, o pergaminho, o papiro ou o papel), representaram uma extensão da memória biológica humana. Assim, a escrita estendeu a memória biológica transformando-a em grande rede semântica de memória de longo prazo; o corpus do passado encontra-se definitivamente preservado.

De maneira objetiva, a escrita por si só, é uma representação da informação armazenada nos “suportes de inscrição dos fatos” que ao ser externalizada em qualquer tipo de suporte, passa a ser considerado como registro

informacional. E quando esse registro informacional passa a ter interferências do homem, a partir de sua utilização na análise como fonte de pesquisa, surge, no entanto, a oportunidade de se obter o conhecimento.

Le Coadic (2004, p.4) define que:

(...) conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte. (...) A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. inscrição feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado.

À medida que o homem interage no sentido de transformá-la ou recriá-la, é também mudado por ela, uma vez que esta passa ser vista como um prolongamento dos “sentidos e das habilidades naturais do ser humano pelo desenvolvimento de técnicas e meios de comunicação.” (SHALLIS, 1984 *apud* SANCHO, 1998, p. 30).

Neste sentido, o conhecimento se amplia ao tornar disponível a informação, onde essa passa a ser objeto de análise e exame. O conhecimento é elaborado por cada indivíduo a partir de apropriações de informações disponibilizadas de diversas maneiras. Essas informações ao chegarem ao indivíduo e serem processadas, passam a se transformar em conhecimento.

Deve-se, pois, distinguir a informação do conhecimento: a informação é identificada enquanto estruturas significantes disponibilizadas por um amplo leque de dados. Já o conhecimento é gerado a partir de informações estruturadas interconectadas de forma totalmente subjetiva por cada indivíduo. O conhecimento é individual e subjetivo, produto da apropriação de informações, pelo indivíduo. Desse modo, parece válida a ideia de que tanto o conhecimento quanto a informação, e a própria memória, não são nem “imateriais” nem “materiais”; são desterritorializados, tendo em vista que não estão restritos a um suporte único, podendo transitar entre eles (LÉVY, 1999).

Filosoficamente, de acordo com Chauí (2005), memória refere-se à capacidade mental de armazenamento de informações, sejam de experimentações ou de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, e de trazer essas informações à tona quando necessário. Dessa forma, considera-se a externalização da memória a partir das funções do cognitivo em reter, preservar,

recordar e registrar os acontecimentos de maneira objetiva que neste sentido, contribui para a disseminação da informação. Isto porque, inata ao homem, é possível armazenar e obter as experiências já vividas, ou seja, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total.” (CHAUI, 2005, p. 158).

Essas funções também podem ser atribuídas aos registros informacionais, em que os acontecimentos passaram a ter outra forma de serem registrados, por serem compartilhados aos suportes, sendo visualizados como uma forma ainda mais segura de salvaguardar a informação. Corroborando essa ideia, Villaça (2002, p.34) afirma que:

A utopia cognitiva de uma nova língua que mediatizaria as relações entre os homens e lhes imporia a evidência da verdade implicava em que os procedimentos de memorização, tradicionalmente ligados à imaginação pessoal, desaparecessem em proveito de suportes formais externos. Implicava igualmente a possibilidade de os parceiros da comunicação já não serem apenas seres humanos, mas quaisquer ‘seres’ aptos a emitir ou receber mensagens formais.

No âmbito da Ciência da Informação, a memória representativa nos registros informacionais é considerada como fonte de informação e objeto desta Ciência por disponibilizar de maneira acessível as informações armazenadas nos registros informacionais.

Diante da relação teoria e prática, torna-se interessante ressaltar essa conexão através de uma abordagem reflexiva sobre este objeto da Ciência da Informação: a mediação da informação. Pensá-la, enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação, conforme Almeida Júnior (2008) implica em compreender que a informação só atinge êxito quando é apropriada pelos sujeitos e esse processo deve, inevitavelmente, resultar na alteração/modificação do conhecimento prévio dos mesmos.

#### 4 MEMÓRIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ALGUMAS CONVERGÊNCIAS

Os registros informacionais atuam como dispositivos que armazenam informações e que contribuem simultaneamente para a construção da memória, viabilizando a partir de então a disponibilização e a obtenção do conhecimento. Neste contexto, ao definir a informação como seu objeto de estudo, a Ciência da Informação (CI) amplia as possibilidades de aproximação com outras áreas do conhecimento, de modo a contribuir para a consolidação e conformação da área. “Essa diversidade de influências permite pressupor possibilidades também diversas na abordagem do tema memória nas suas múltiplas dimensões.” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011).

É a partir desse contexto, que Dobedei (2010) exemplifica:

O modelo de caráter sistêmico denominado ciclo da informação, ou modelo de transferência da informação, reduz a realidade da representação do conhecimento a seis etapas: produção, registro, aquisição, organização, disseminação e assimilação. Essas etapas, amplamente apresentadas como paradigmáticas na Ciência da Informação, procuram simplificar os processos criados pela produção, acumulação e uso de conhecimentos e os produtos gerados em suas várias formas representacionais, quer sejam fontes primárias, secundárias ou terciárias.

**Figura 3:** Ciclo da Informação



Fonte: Dobedei, (2010, p. 62)

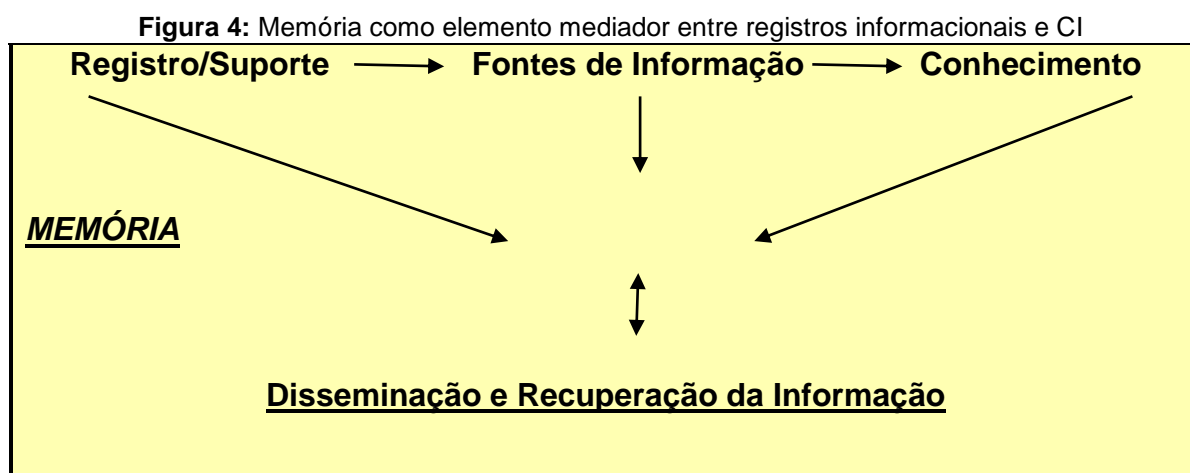


Com base na figura 3 que aborda o Ciclo da Informação apresentado por Dobedei (2010), nota-se que no processo organizacional da informação e do conhecimento gerados a partir dos registros, a memória é organizada e mantida por tais elementos necessários para a sua produção: o registro/suporte e a informação, que ambos proporcionam o conhecimento. E este ao ser preservado, pode servir como base para a construção e recuperação da memória.

Da perspectiva de Dobedei (2010, p. 62):

O primeiro universo pode ser considerado o Universo da Informação. Inscrito na parte superior do círculo, descreve a dimensão na qual se dão as trocas de informação, sendo essa realidade representada pelas etapas de produção, registro e assimilação. O segundo subconjunto, que pode ser denominado Universo do Documento ou da Memória Documentária, é representado pela parte inferior do círculo e, ao contrário do primeiro, não tem existência independente. As seis etapas completas são necessárias ao ciclo de vida da informação, embora só o subconjunto representado pela seleção, representação e disseminação se configurará em memória documentária. O campo de estudo da memória documentária e seus fundamentos mais específicos são a teoria da classificação, a teoria do conceito e as teorias da comunicação, que são denominadas, no seu conjunto, teorias da organização do conhecimento e, especificamente, teoria da memória documentária.

Neste sentido, formula-se a figura 4:



Fonte: O autor

Torna-se notório com essa figura que a memória atua como elemento central na intermediação entre os registros ou suportes informacionais e a disseminação e recuperação da informação, no que tange a sua capacidade de “dialogar” entre ambos, sob a concepção de que a disseminação e a recuperação

da informação acontecem a partir da memória, esta perpassada através da conservação e preservação dos registros e suportes informacionais.

Dessa maneira, observa-se que há certa aproximação entre memória e informação. Em que Dobedei (2010), explicita que Informação e Memória são a face imaterial da economia representada pelo consumo de bens que transitam nas redes sociais ubíquas e, ao mesmo tempo, a face material dos percursos da valorização de bens culturais e da preservação de patrimônios.

Dessa forma, vale destacar Mc Garry (1999, p. 111) quando afirma que:

A organização para uso define sua função como recipiente ou depósito para a memória externa da humanidade; mas armazenamento implica recuperação e recuperação implica acesso, ou a oportunidade de tirar proveito disso na condição de usuário.

De acordo com Homulos (1990) embora naturalmente tenham peculiaridades, não fogem do paradigma da preservação e disseminação da memória e da informação, ou seja, os registros informacionais são suportes para armazenamento de informações, mas que são distintos em seus formatos. Porém, adotam uma característica comum, que é o acondicionamento e preservação da informação, contribuindo a partir de então, para a construção da memória e que conseqüentemente são também sujeitos à disseminação e recuperação da informação.

Com o surgimento da escrita e, sobretudo, da imprensa, ampliou-se a quantidade das informações e conseqüentemente a necessidade de se criar lugares de preservação dessa massa informacional. Leroi-Gourhan<sup>1</sup> caracterizou bem a revolução da memória pela imprensa, ressaltando que até o seu aparecimento dificilmente se distinguem diferenças entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido permeia as práticas orais e as técnicas; sendo que é no manuscrito que se fixa, desde a Antiguidade, todo o saber acumulado, para ser aprendido de cor. Com o impresso, o leitor além de ter diante de si uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, é frequentemente exposto a textos novos. Assiste-se então a exteriorização progressiva da memória individual.

A partir deste momento, favoreceu-se o surgimento de instituições que resguardassem essas informações de maneira que se perpetuassem. Com isso,

---

<sup>1</sup> LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

deu-se origem aos arquivos, bibliotecas e museus, “as instituições-memória”, como as denominou Le Goff (2000). A escrita externaliza a capacidade de memorização do cérebro humano; assim, aparentemente, tudo é possível de ser lembrado, uma vez que seja registrado e preservado.

É nesse momento que surge a necessidade de criação dos registros e dos suportes informacionais que são formados a partir da reprodução da memória humana que age como principal detentora da informação. A materialização dessa informação, ao ser externalizada, dá origem aos repositórios informacionais.

Neste contexto, Ribeiro (2010) afirma que:

A memória se “cristaliza” no traço, pelo vestígio, na materialidade do registro, na visibilidade da imagem. “O que chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter a necessidade de nos lembrar.(RIBEIRO, 2010, p. 18).

No princípio de sua história, o homem construiu espaços destinados à armazenagem dos registros produzidos pelas civilizações. Leroi-Gourhan (1990) salienta “o fato do homem, desde seus primórdios, buscar na constituição de um aparato da memória social dominar problemas da evolução humana, sendo a memória coletiva uma das grandes questões da sociedade.” Com base nisso, Oliveira e Rodrigues (2011, p. 312), corroboram que:

A necessidade de possibilitar o acesso aos registros por ele produzidos no decorrer do tempo levou a criação das chamadas instituições de memória que deveriam preservar os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização: arquivos, bibliotecas e museus. Da mesma forma, o desenvolvimento e a sistematização de determinadas práticas utilizadas para a conservação e o acesso a esses registros deram origem a novos campos do saber: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Essas disciplinas estabelecem diretrizes e parâmetros para as práticas profissionais relacionadas aos registros de memória – no caso, os documentos – e reconhecem a função social desempenhada por seus profissionais na sua preservação e divulgação.

Sendo a escrita outra forma também eficaz de registrar informações, observa-se a importância dos documentos (manuscritos), como principais registros informacionais desta pesquisa intimamente ligados à memória. “Com função de armazenar informações, permitindo a sua comunicação através do tempo e do espaço, a função da escrita ao permitir a passagem da memória oral para a visual permite o reexame, a reordenação e a retificação de frases e até de palavras isoladas” (LUCAS, 1998).

Se tratando do processo de armazenamento e preservação da informação, torna-se necessário enfatizar a importância dos lugares que preservam essa informação e que por sua vez, são entidades custodiadoras que salvaguardam o conhecimento, como por exemplo, os arquivos, as bibliotecas, os museus e os centros de documentação.

Porém, faz-se necessário enfatizar a prioridade que essas instituições de memória têm de responsabilidade no processo de disseminação e recuperação da informação, no sentido de favorecer as divulgações científicas, tecnológicas, culturais e sociais. Nesses lugares surgiu também a necessidade de sistematização de determinadas práticas, utilizadas para que fosse possível a conservação e o acesso aos registros. Assim, práticas para a organização, salvaguarda e os meios de como encontrar a informação partindo de um critério temático acabariam por relacionar informações dispersas em documentos nos mais variados suportes físicos, otimizando, dessa forma, o processo de recuperação da informação (BRAZ, 2013, p. 17).

Portanto, torna-se evidente que o processo de fornecer informações a partir dos dados existentes em qualquer tipo de continente é da área comum dos profissionais da ciência da informação, ciências documentais ou ainda ciências documentárias, como querem alguns. Recolher, tratar, transferir, difundir informações é o objetivo convergente de arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Partindo de material diverso e através de mecanismos técnicos completamente distintos, essas instituições devem estar aptas a cobrir, da maneira mais completa possível, um “campo de investigação.” Têm em comum, portanto, as finalidades a que se destinam e o papel que ocupam no processo social, cultural e administrativo de uma sociedade (BELLOTTO, 2006, p. 35-36).

Dessa forma, torna-se relevante mencionar a importância da criação dessas instituições de memória, pelo fato de serem referências documentais na organização da informação e no fomento à cultura de acessibilidade ao conhecimento humano, agindo como entidades custodiadoras da informação e também do conhecimento que promovem o desenvolvimento da potencialidade criativa e intelectual à sociedade civil. Evidencia-se, portanto, a capacidade de organização, conservação e preservação dos registros informacionais nas instituições custodiadoras da memória, em que se responsabilizam,

concomitantemente pelo tratamento e armazenamento adequado desses registros, visando posteriormente, a recuperação e a disseminação da informação.

A fim de ressaltar a importância das instituições de memória, Bellotto (2006, p. 42), afirma que:

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm, portanto, fronteiras bem definidas. Não devem ser confundidos nem quanto à documentação que guardam, nem quanto ao trabalho técnico que desenvolvem a fim de organizar seus acervos e de transferir e disseminar informação. Sendo instituições públicas ou particulares preocupadas com a transmissão cultural e com a custódia e a divulgação de informações técnicas e científicas, possuem, cada uma de per si, um espaço social próprio e independente no qual devem agir.

Desse modo, essas instituições são consagradas como “lugares de memória”<sup>2</sup>, por ter como fim a conservação de uma memória preexistente de uma determinada instituição visando a disseminação da informação. Arquivos, bibliotecas e museus são associações no sentido de que, em torno delas, se congregam a favor ou em contra diversos grupos e indivíduos. Entre elas foram também associações, dando lugar a redes ou sistemas. Mas, também são associações por serem, em essência, sociais, e aqui deve-se entender o social justamente como associação. Devido a seu caráter associativo, arquivos, bibliotecas e museus são entidades em constantes, múltiplas e ininterruptas transformações (MURGUIA, 2010, p. 12).

A importância social dessas instituições de memória é de assegurar a preservação e futura disseminação desses registros informacionais ao longo do tempo, no sentido de valorizar a memória como elemento primordial para a formação da sociedade, e desta forma, contribuir para a construção do conhecimento. Neste sentido, Delgado (2006, p. 61) destaca que:

A memória, portanto, traduz registros de espaços, tempos, experiências, imagens, representações. Plena de substância social é bordado de múltiplos fios e incontáveis cores, que expressa a trama da existência, revelada por ênfases, lapsos, omissões. É resignificação do tempo, que

---

<sup>2</sup>Espaços que surgem para nos lembrar que a memória, por mais vigorosa que seja, é frágil demais para reter voluntariamente a totalidade das experiências humanas, sendo necessário, pois, criar arquivos; museus; monumentos; organizar celebrações públicas e pronunciar elogios funerários como recurso para se manter viva a história a cultura de todo um tecido social. Os lugares de memória se configuram assim, como instâncias físicas ou virtuais que se organizam para servir de apoio à salvaguarda da materialidade simbólica concebida como elemento de representação coletiva. (SILVEIRA, 2010)

fornece à História e às Ciências Sociais matéria-prima para construção do conhecimento.

Nora (1993) aponta que a memória tomada como história age em três sentidos, como “memória-distância” no sentido da ruptura com o passado ocasionada pela história, como “memória-dever” ou a obrigação que temos de lembrar um pertencimento, e a “memória-arquivo” expressa no desejo desenfreado de acumular documentos.

Assim, esses lugares de memória para Nora:

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, e periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. (NORA, 1993, p. 21-22).

Dobedei, (2010) argumenta que esse fenômeno se cristaliza e se dá pelas formas de apreensão e duplicação dos sons, imagens e texturas. Outras formas de manifestação podem ser vistas nos suportes por meio da reprodução de objetos ou de isolamento de um objeto. Nos arquivos, pelos meios técnicos de reprodução e de conservação e pelo respeito ao vestígio (vontade geral de registro) e nas instituições da memória cultural: bibliotecas (memória dos saberes; memória seletiva) e museus (memória dos valores/estética) (NORA, 1993; NAMER, 1987).

Nas bibliotecas, as formas ou maneiras de acesso à memória se dão a partir do catálogo, que é um saber administrativo – que coordena a memória virtual e a sua atualização através da escolha e da leitura que o público fará do acervo. É nesse contexto que Gomez (2000), exemplifica que:

As bases de dados, os museus, os arquivos, as redes e as bibliotecas como “equipamentos coletivos de recuperação da informação”, propiciaram novas formas de apreensão cognitiva ao mundo contemporâneo. Assim, esses espaços, aliados às preocupações recentes de implementação de políticas voltadas para a organização, o tratamento, a preservação e a conservação documental inauguram uma nova era, em que questões voltadas para o patrimônio e a memória legitimarão tais espaços como lugares efetivos de práticas de conhecimento e de comunicação.

Assim, cada uma dessas instituições de memória tem peculiaridades distintas na responsabilidade de acondicionamento dos registros informacionais, a

partir dos diferentes tipos de procedimentos técnicos aplicados aos seus respectivos suportes. Essas especificidades são compreendidas, relativamente, a partir das características de origem e formação de seus objetos. No entanto, é relevante explicitar o tratamento atribuído aos registros informacionais adotados nesses lugares de memória, que têm como objetivo central a preservação da informação, para possibilitar a sua disseminação e recuperação. Parafraseando esta síntese, Bellotto (2011, p. 9) destaca que:

[...] ainda que todas aquelas áreas trabalhem com documentos, os da biblioteconomia têm de ver com o sentido de coleção que tem uma biblioteca (seja em forma tradicional ou virtual) onde são reunidos, segundo suas temáticas, livros, revistas, jornais, folhetos, material iconográfico ou sonoro. As finalidades da produção desses documentos são científicas, técnicas, educativas, didáticas, de entretenimento etc. Também os documentos de museus, em geral objetos, são reunidos em coleções artificiais, segundo a finalidade do museu, e seus documentos foram produzidos com finalidades artísticas ou de entretenimento, ainda que possam ter sido funcionais em sua origem, como aqueles objetos que testemunham a vida material de certas comunidades ou agrupamentos humanos. Os centros de documentação e os bancos de dados trabalham também com documentos ou referências a documentos – de forma real ou virtual –, mas são reunidos e/ou reproduzidos por razões de pesquisa. O sentido da funcionalidade e da organicidade, qualidades típicas dos arquivos em formação ou dos fundos de arquivos históricos, não existe para essas coleções. [...]

Para tanto, é relevante abordar importância do funcionamento dos arquivos enquanto instituição de memória que tem como papel fundamental a conservação e preservação documental, atuando, dessa forma, como principal mantenedor da memória.

Desse modo, Lopes (1996) conceitua como arquivos, os acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados sobre qualquer suporte, e conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independente de suas idades ou valores intrínsecos.

Bellotto (2011) também define que:

Um arquivo é, basicamente, um espaço onde são física ou eletronicamente retidos os documentos gerados ou recebidos por uma pessoa ou organização. Essa retenção prevê processos como: seleção, organização, manutenção / guarda, conservação / preservação, disponibilização, acesso, etc. O arquivo atua como um “espelho” da Organização, já que através dele é possível demonstrar o passado, as práticas atuais e até mesmo antever o futuro, através do acesso a relatórios, planejamentos e projetos estabelecidos.

De acordo com esta concepção, observa-se que os arquivos abrigam variados tipos de documentos gerados por entidades privadas ou públicas, tendo como finalidade em comum a preservação e a disponibilização da informação. Partindo deste pressuposto, ressalta-se que as finalidades dos arquivos, se considerados como etapas operacionais para que se alcance o objetivo de dar acesso à informação, se apresentam a partir do recolhimento dos documentos, da organização, do custodialismo e da disponibilização desses documentos/registros informacionais, em qualquer suporte ou gênero. Para tanto, percebe-se que os arquivos têm sentido de depósito, repositório, mesmo que ainda hoje tal depósito possa ser virtual (o que não nega o fato de ser arquivo), permanece a finalidade, de servir a pesquisa científica e a memória social.

Se tratando dos registros informacionais existentes nos arquivos, Bellotto (2006) ainda aborda que os documentos de arquivos são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si, que surgem por motivos funcionais, administrativos e legais, tratando sobretudo de prova, testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte.

Na ótica arquivística, os documentos são produzidos em decorrência natural das atividades da instituição e estocados para provar, testemunhar ou informar sobre estas atividades, decorre naturalmente desta afirmação que sua organização deverá levar em conta este princípio de organicidade, que segundo SMIT (2003) é a “qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, função e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas”.

Ao abordar os arquivos como instituição de memória, é relevante referir também a importância do ciclo vital dos documentos, enfatizando as atividades clássicas documentais de organização, armazenamento e preservação, priorizando o processo de construção da memória, através desses documentos, os quais têm função primordial de guarda e permanência dos documentos de acordo com o ciclo de vida destes, abrangendo-se em três idades.



A primeira das idades refere-se aos arquivos correntes, nos quais se abrigam os documentos durante seu uso funcional, administrativo e jurídico; a segunda idade dos arquivos intermediários, em que os documentos passaram do prazo de validade administrativo e de uso funcional; e a terceira idade, denominada de arquivos permanentes, os documentos são recolhidos a um local de preservação definitiva.

A própria localização física dos arquivos correspondentes às três idades dos documentos já demonstra suas especificidades. O primeiro deve situar-se junto ao produtor/administrador, tem que ser ágil, seguindo classificação de acordo com as funções administrativas e deve ser reservado como informação pública. O segundo – o arquivo intermediário – é pouco consultado pela administração, que dele não mais necessita, a não ser esporadicamente; também ainda não está totalmente aberto à pesquisa, salvo com licenças especiais; pode estar em local afastado, de manutenção barata. É um depósito onde os documentos aguardam seus prazos de vida ou seu recolhimento aos arquivos de terceira idade. Estes, que interessam muito mais aos pesquisadores do que aos administradores, devem estar localizados junto às universidades ou aos centros culturais. Enfim, devem situar-se em lugares de fácil acesso para seus usuários típicos, devendo estar dotados de amplas salas de consultas, pois neles a pesquisa está aberta a todos (BELLOTTO, 2006, p. 24-25).

A partir desta concepção, é necessário para esta pesquisa focalizar os documentos da terceira idade, denominado de arquivos permanentes, que independente dos suportes ou formatos dos materiais da documentação, o que lhe compete é recolher, é tratar, é custodiar, é preservar e divulgar a informação. Entende-se que a natureza desses arquivos [...] é administrativa, é jurídica, é informacional, é probatória, é orgânica, é serial, é contínua, é cumulativa. E esta natureza, soma de todas estas características, que faz do arquivo uma instituição única e inconfundível (BELLOTTO, 2011).

Nos arquivos permanentes, é indispensável a ordenação dos fundos<sup>3</sup>, isto é, a origem dos documentos e a representação destes ao serem criados, em que

---

<sup>3</sup> Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal

esta é uma operação típica aplicada aos documentos da terceira idade. E para fundamentar esta definição, o Manual francês de arquivística<sup>4</sup> apresenta ainda outro conceito clássico de fundos:

Fundo de arquivo é o conjunto de documentos de toda natureza que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou jurídica tenha reunido, automática e organicamente, em razão de suas funções ou de sua atividade. Isto é, dele fazem parte os rascunhos e/ou as duplicatas dos documentos expedidos e os originais e/ou cópias de peças recebidas, assim como os documentos elaborados em consequência das atividades internas dos organismos considerados e os documentos reunidos por sua própria documentação, bem como os conjuntos eventualmente herdados de outros organismos aos quais sucede totalmente ou em parte.

De acordo o léxico da terminologia arquivística<sup>5</sup>, “fundo de arquivo é um conjunto de documentos cujo crescimento se efetua no exercício das atividades de uma pessoa física ou jurídica”.

E ainda, do ponto de vista do Manual holandês da Associação dos Arquivistas<sup>6</sup>

Arquivo (fundo) é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinem a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário.

Percebe-se que essas conceituações se harmonizam, com percepções que se fundamentam entre si, corroborando sinteticamente que o fundo documental abarca documentos necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justifiquem a sua existência.

Desta forma, pode-se observar a importância desses documentos para os arquivos permanentes, podendo atuar diretamente na conservação desses registros informacionais, preservando-os. E que além da preservação dessa massa documental que os compõem, tanto como valor dos documentos em si, quanto sua importância social, os arquivos da terceira idade reportam a interesses culturais, a fim de revelar atividades com demandas de informações sobre épocas anteriores, bem como o de pesquisa científica, pelo trabalho de investigação histórica. Le Goff, (2000) chama de “materiais da memória” estes documentos,

---

e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim. (BELLOTTO, 2006, p. 128)

<sup>4</sup> Direction des Archives de France, 1970:23.

<sup>5</sup> ELSEVIER'S, lexicon of archive terminology. Amsterdam: Elsevier, 1964.

<sup>6</sup> ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de arranjo e descrição de arquivos. Trad. Manoel Adolpho Wandelej. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1960.

mas reconhece que o seu tratamento deve avançar em relação às concepções positivistas, que interpretam os documentos como sendo um testemunho verídico e fiel da realidade passada. Nora (1993, p.14 *apud* Oliveira & Santos, 2009). Neste sentido, destaca-se o tratamento da preservação e conservação desses documentos, priorizando a vitalidade documental, que posteriormente contribui de forma significativa para a construção da memória, bem como para a Ciência da Informação, a partir da recuperação e acessibilidade a esses documentos.

Historicamente, as fontes documentais e os objetos de investigação também são considerados como fontes de informação, pois, os documentos naturalmente são elementos que são produzidos como artifícios de investigação por pesquisadores e historiadores. Neste sentido, todo e qualquer objeto/documento sujeito à investigação, este também é considerado como fonte de informação. Para tanto, Bellotto (2006) contextualiza que:

Os documentos existentes nos arquivos permanentes, [...] são matéria-prima da história. Ali estão documentados direitos e deveres do Estado para com o cidadão e do cidadão para com o Estado; provas e testemunhos que ficarão armazenados. Serão “dados” até que a pesquisa os resgate, transformando-os em “informações”, que poderão demonstrar, afinal, como se efetuaram as relações Estado-sociedade e delas faça sua análise, síntese, crítica e “explicação”.

Com base nesta percepção, observa-se que a condição que naturalmente se agrega a noção de memória é a ideia de custódia<sup>7</sup>, que de maneira tradicional os arquivos permanentes podem ser considerados como locais privilegiados de conservação e preservação da memória, intimamente associados à custódia de documentos (suportes materiais de informação), com o fim supremo de servir interesses culturais e de investigação histórica, demonstrando assim, a necessidade de se manter a prática de conservação e preservação dos documentos como principais repositórios da informação. Neste aspecto, a preservação, encontra-se face-a-face com seu senso etimológico latino, — *praeservare* — ou ainda: ‘observar previamente’, defender, resguardar, conservar. Essa noção custodialista dos documentos nos arquivos permanentes passa a se intensificar com a invenção da escrita, após as informações passarem a ser registradas num suporte exterior, em que esses registros ocorrem de forma

---

<sup>7</sup>A custódia definitiva é a guarda perene e responsável de fundos documentais que, passados pelo crivo da avaliação/prazos de vida, se tornam elementos a preservar, analisar e utilizar na pesquisa histórica. (BELLOTTO, 2006, p. 32)

espontânea apenas porque a informação é registrada de maneira recorrente, sendo armazenada periodicamente pelo próprio homem – produtor dos registros – proporcionando assim a memorização dessa informação em um suporte exterior ao ser humano. Portanto, sem memória não há informação e sem a preservação da informação não há memória.

Dessa forma, pode-se dizer que a memória surge, pois, como uma necessidade humana da própria organização e armazenamento da informação, constituindo uma garantia mais eficaz da sua perdurabilidade. É válido enfatizar a real importância custodialista dos documentos, por ser visto como o processo que demarca as práticas funcionais da valorização à guarda documental nos arquivos permanentes, sendo essas práticas inerentes aos profissionais da informação.

Assim, as atividades do arquivista, quando no âmbito da custódia permanente, ganham dimensões sociais e culturais muitíssimo mais amplas que as da fase inicial, a dos arquivos correntes. Entretanto, é lá que se criam as condições necessárias para que o ciclo vital do documento se processe de forma ideal. Sem deixar de ser uma sequência da administração de documentos correntes, pela própria unicidade da função arquivística, a tarefa do profissional no arquivo permanente adquire uma feição científica e social que convém explorar, em benefício seja da pesquisa histórica, seja da própria comunidade (BELLOTTO, 2006, p. 34).

Dessa forma, torna-se satisfatório o progresso à essa evidência funcional da custódia documental, pelo fato de possibilitar o acesso à informação e a difusão do conhecimento.

Por conseguinte, é preciso enfatizar a importância da preservação dos registros informacionais, vistos também como suportes documentais, pois uma vez destruídos, a recuperação da informação pode se tornar inviável. Para evitar danos aos documentos uma das alternativas disponíveis é o acondicionamento correto, o qual pode contribuir para a conservação dos acervos documentais. De acordo com Castro (2006, p.11), “a preservação e a conservação de papéis como repositórios de memória têm sido objeto de ação de homens e mulheres desde a sua mais remota existência”.

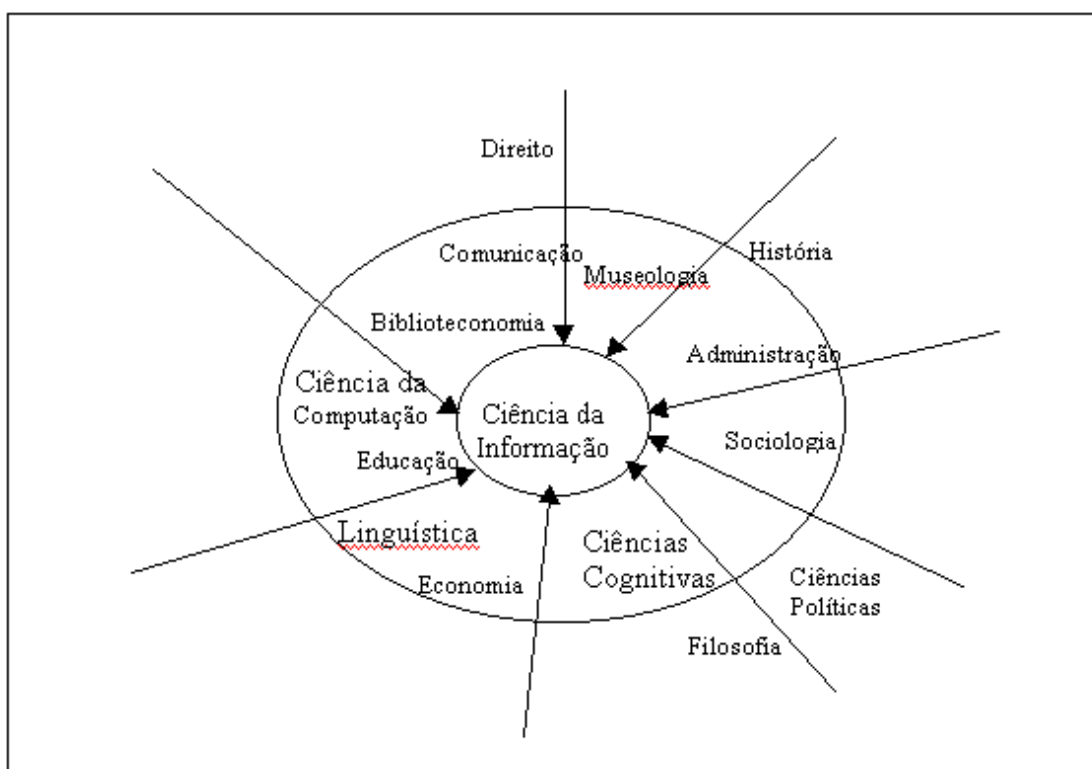
Portanto, a ênfase atribuída ao processo de organização, conservação e preservação aos documentos, deve-se atribuir a relevância da Ciência da Informação, como principal área do conhecimento que abrange as necessidades

da organização, crescimento e disseminação do conhecimento registrado na sociedade contemporânea.

## 4 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Pode-se “ver” a ciência da informação como um tear interdisciplinar, onde se pode tecer uma rede com fios conceituais de outros campos científicos para capturar o sentido de uma dada problemática na perspectiva da informação. (FREIRE; ARAÚJO, 2001).

**Figura 5:** Áreas limítrofes à Ciência da Informação



Fonte: [http://www.dgz.org.br/ago06/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/ago06/Art_01.htm)

Essa figura 5 explicita o relacionamento estreito entre as áreas do conhecimento, em que Le Coadic (1996) exemplifica que:

A Ciência da Informação (CI) é, reconhecidamente, uma área do conhecimento que tem a interdisciplinaridade como uma de suas características. Na sua dinâmica de desenvolvimento, estabelece relações com diversas outras áreas, tanto das chamadas ciências exatas quanto das humanas e sociais. Documentação, Biblioteconomia, Computação, Filosofia, Linguística e Comunicação, dentre outras disciplinas, contribuem, em maior ou menor proporção, para a construção do conhecimento na CI, na medida em que seus conceitos e modelos metodológicos são utilizados em novas abordagens do objeto informação.

A partir dessa exemplificação, percebe-se que a Ciência da Informação é um campo interdisciplinar de conhecimento que corresponde aos problemas informacionais da sociedade, que se encontra vinculada ao uso da informação nos diferentes contextos sociais. Desta forma, Le Coadic (1996, p. 22), compreende que “a interdisciplinaridade traduz-se por uma colaboração de diversas disciplinas, que leva as interações, isto é uma certa reciprocidade, de forma que haja, em suma, enriquecimento mútuo.”

De acordo com a perspectiva de Freires (2007, p. 18):

A Ciência da Informação é a área do conhecimento que se ocupa com a seleção, preparação e disseminação da informação, para públicos determinados conforme características e necessidades especiais. Apenas essas poucas palavras trazem à tona inúmeras questões relacionadas à informação. Além dos aspectos gerais da informação, na Ciência da Informação existem considerações específicas acerca da representação, da adequação ao público, da utilização e do registro, por exemplo.

No entanto, antes de abordar o breve panorama histórico da Ciência da Informação, é relevante enfatizar o seu próprio objeto de estudo: a informação. No sentido de demonstrar a sua importância no contexto social contemporâneo, característico do crescente desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), correspondendo a um momento histórico. Le Coadic(1996, p. 3) afirma que:

O desenvolvimento da produção de informações (informações gerais, científicas e técnicas) e de sistemas de informação tornou necessária uma ciência que tivesse por objeto de estudo a informação, ou seja, a ciência da informação, bem como uma tecnologia e técnicas resultantes das descobertas feitas por essa ciência.

Na perspectiva de abordar as raízes da formação do termo que configura o objeto de estudo da CI, etimologicamente, a palavra informação tem origem no verbo latino *informare*, que corresponde à ação de criar ideias ou noções, ou ainda, ao processo de dar forma a algo. Na afirmação de Robredo (2003), informação é incluso em um conjunto de termos que padecem de abuso e “super extensão”, e mesmo com a indiscutível aceitação social, alguns pontos como sua origem e sua evolução ao longo da história não são tão esclarecidos, ou não explorados como de fato deveriam, o que resulta em situações passíveis de ambiguidade, ou mesmo tornando o termo cada vez mais “escorregadio”. A partir desta afirmação, entende-se que o conceito do termo informação é apresentado

diversificadamente, não tendo um pleno consenso a uma definição, porém, faz-se necessário enfatizar nesta pesquisa, algumas definições desse objeto de estudo apenas no campo da CI.

Le Coadic (2004, p. 4) conceitua a informação como “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Portanto, a partir do momento que a informação passa a ser registrada, constitui-se desse modo em registro informacional e que ao ser interferido pela análise humana, possibilita ao indivíduo a obtenção do conhecimento. Dessa forma, o objetivo da informação é a aquisição de conhecimento, em que esses registros informacionais são vistos como portadores da própria informação.

Buckland (1991) trata a ‘informação como coisa’, ‘informação como conhecimento’ e ‘informação como processo’ e propõe a primeira como noção de informação pertinente à Ciência da Informação. Neste contexto, a “informação é ação e também efeito de comunicar dados, é qualquer atributo do pensamento humano sobre a natureza e a sociedade, desde que verbalizada ou registrada”. (LOPES, 1996).

Com base nesta definição, observa-se que pelo fato da informação ser “qualquer atributo do pensamento humano”, intensifica-se dessa maneira, o processo evolutivo da disponibilização da informação no meio social, podendo ser visto como fator determinante na contribuição para o surgimento da Ciência da Informação, tendo como “objetivo básico e preliminar de “reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido em todo mundo” (OLIVEIRA, 2005, p. 13). A partir desse contexto, surge simultaneamente a necessidade do tratamento da informação, no sentido de organizá-la e preservá-la para futura recuperação.

Para tanto, na concepção de Robredo (2003) faz-se necessário enfatizar as características da informação: admitir ser registrada de diversas formas; possibilitar sua duplicação e reprodução *ad infinito*; poder ser transmitida por diversos meios, sendo conservada e armazenada em vários suportes; conseguir ser medida e quantificada; permitir a adição de outras informações, possibilitar sua organização, processamento e reorganização segundo critérios diversos e



finalmente ter a capacidade de ser recuperada a partir de regras preestabelecidas.

Nesta perspectiva, Silva e outros autores (1998, p. 27) enfoca que

O tratamento da informação, no sentido técnico do termo, visa precisamente a criação de “memórias”, passíveis de serem utilizadas sempre que houver necessidade de recuperar dados (informação) nelas armazenados. Isto implica procedimentos de controle da informação, de criação de meios de acesso às referidas memórias e de desenvolvimento de dispositivos susceptíveis de accionar os meios de acesso, com vista á recuperação da informação armazenada. Tais procedimentos são naturalmente, objecto de trabalho dos profissionais que desempenham funções nos mais diversos sistemas de informação.

Como procedimento característico da Ciência da Informação, o tratamento da informação é visível na organização dessa informação amplamente disponibilizada, que pode acarretar um excesso de informações, dificultando dessa maneira, o processo de recuperação da informação. Portanto, a CI, surge principalmente como uma área científica que visa “a coleta, classificação, armazenamento, recuperação e compartilhamento da informação produzida visando gerar estoques” (ROBREDO, 2003; BARRETO, 1994).

Nesse sentido, Borko (*apud* Oliveira, 2005, p.16), define a CI como:

Uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processamento para otimizar sua acessibilidade e utilização. Está relacionada com o corpo de conhecimento relativo à produção, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Conforme a perspectiva de Saracevic *apud* Oliveira (2005, p. 16), a Ciência da Informação é

Um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de registros de conhecimento entre seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.

Para Zins (2007), no que se refere à informação, o resultado de seu mapeamento apresenta sobre o objeto informação, alguns termos que podem ser destacados: conteúdo, sentido, representação, mediação, significados, compreensão, transmissão, agregação, conjunto ou organizações de dados, registros, transformação, mudança, conexão, comunicação, fenômeno, cognição, entre outros.

Em uma visão mais recente da área, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) afirma que Ciência da Informação designa o campo mais amplo, de propósitos investigativos e analíticos, interdisciplinar por natureza, que tem por objetivo o estudo dos fenômenos ligados à produção, organização, difusão e utilização de informações em todos os campos do saber. Como uma grande área do conhecimento, a Ciência da Informação abriga disciplinas como a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia (CNPq *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 17).

Como outros campos interdisciplinares, a Ciência da Informação desenvolveu-se no período da revolução técnica e científica e se estendeu à Segunda Guerra Mundial, com as transformações sociais e as inovações tecnológicas que abriram espaço para o surgimento dessa nova área de estudo, tendo como principal tarefa estudar e propor soluções para os problemas relacionados à informação.

Nesse contexto, Souza (2008) destaca que:

O surgimento da Ciência da Informação se localiza no movimento de pesquisadores e estudiosos de diversos campos do conhecimento que buscam aglutinar esforços iniciais para solucionar problemas decorrentes do *boom* bibliográfico e do caos documental. Pelo menos três perspectivas históricas procuram explicar as bases da origem da Ciência da Informação, fundamentadas no desenvolvimento de atividades e estudos em seus contornos práticos e teóricos: a Documentação de Paul Otlet (1868-1944), a Biblioteconomia de Jesse Shera (1903-1982) e a Recuperação da Informação de Vannevar Bush (1890-1974). A primeira na Europa e as duas últimas nos Estados Unidos. (SOUZA, 2008, p. 03)

As atividades destes grupos de cientistas tomaram maiores proporções e apontaram para a necessidade de uma formação profissional complementar especializada, fomentada pelo desenvolvimento da pesquisa acadêmica e aplicada. “Tal formalização é evidente na criação de associações de pesquisa e de entidades de classe, como o Institute of Information Scientists (IIS), considerado um marco inicial na história da área do conhecimento, criado em 1958, no Reino Unido”. (OLIVEIRA, 2005, p. 14).

Segundo a citada autora, a CI também está pautada primeiramente nas

[...] influências marcantes de duas disciplinas, que contribuíram não só para sua gênese, mas, também, para seu desenvolvimento: a Documentação, que trouxe novas conceituações; e a Recuperação da Informação, que viabilizou o surgimento de sistemas automatizados de recuperação de informações (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Evidentemente, a CI compreende essas disciplinas por ter em sua origem questões atreladas ao processo de organização, tratamento e recuperação da informação. Nesse contexto, a Documentação desponta como uma das bases para o desenvolvimento da CI, em que a relevância do conteúdo sobre o suporte físico será acentuada (ROBREDO, 2003).

Para tanto, Pinheiro (2005, p.16) explicita que “a Ciência da Informação tem dupla raiz: de um lado a Bibliografia/Documentação e, de outro, a recuperação da informação. Na primeira o foco é o registro do conhecimento científico, a memória intelectual da civilização e, no segundo, as aplicações tecnológicas em sistemas de informação, proporcionadas pelo computador.”

Considerando-se a primeira raiz da CI, a Bibliografia/Documentação, como base fundamental na valorização da documentação, a partir da importância do tratamento e da conservação dos registros informacionais, tem como principal objetivo contribuir significativamente para a construção da memória.

Neste contexto, observa-se um fator contribuinte para a literatura da CI, como marco fundador da Documentação, a obra o *Traité de Documentation* de Paul Otlet (1934). A contribuição da Documentação consistiu, principalmente, na ampliação do conceito de documento, até então resumido aos livros, para qualquer modalidade de registro do conhecimento, o que também “ampliou o campo de atuação dos profissionais da área ao ultrapassar os limites do espaço da biblioteca e agregar novas práticas de organização e novos serviços de documentação” (OLIVEIRA, 2005, p. 10).

Fontoura (2012) diz que:

A principal proposta da Documentação foi a criação de um Repertório Bibliográfico Universal, que formado por milhões de fichas catalográficas, propunha-se a registrar a existência de todo o conhecimento humano, sobre todos os assuntos, de todas as épocas, em todas as línguas e sob todos os pontos de vista. As fichas classificadas por código decimal referenciavam de maneira integrada, documentos mantidos em acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos distribuídos nos mais diversos países. (FONTOURA, 2012, p. 27)

Bush (1945) também já havia explicitado a mesma preocupação com a organização e a recuperação da informação em grandes volumes documentais, a partir do reconhecimento da limitação da memória humana em assimilar e reter um grande volume de informações de forma satisfatória.

O outro fator que também determinou o desenvolvimento da Ciência da Informação foi o surgimento de novas tecnologias, com destaque para o microfilme e para o computador, e, a “necessidade social, histórica, cultural e política do registro e transmissão dos conhecimentos e informações, produto do processo de desenvolvimento da Ciência e Tecnologia” (PINHEIRO, 2002, p. 72).

Contudo, Lévy (1993) considera as tecnologias da informação e comunicação como extensões da nossa memória, porque são técnicas de auxílio à imaginação, ao raciocínio e à comunicação. Com efeito, elas são memórias artificiais.

Nesse sentido, a segunda raiz da CI identificada pela recuperação da informação, “beneficiou-se e estimulou-se com o crescimento da ciência e da tecnologia e com a conseqüente explosão informacional relacionada a este movimento.” (OLIVEIRA, 2005, p.12)

Dessa maneira,

O termo recuperação da informação - RI - é possivelmente um dos termos mais importantes no campo conhecido como CI. Uma questão crítica é, portanto, saber por que e em que sentido a (RI) usa o termo informação. A (RI) pode ser vista tanto como um campo de estudo quanto como uma entre as muitas tradições de pesquisa relacionadas ao armazenamento e recuperação de informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 179).

É a partir desse contexto que a CI assume uma responsabilidade ao tratar a informação, no sentido de resguardá-la e disseminá-la às futuras gerações. Com isso, possibilita a ascendência da memória derivada do armazenamento da informação, sendo que essa informação é representada nos mais variados tipos de registros informacionais e exteriorizada através do conhecimento.

Na perspectiva da CI, a memória surge em sua própria base, por ressaltar atividades sobre a preservação dos registros informacionais em qualquer suporte: físico ou virtual. Que em meio a esse “dilúvio informacional” (LÉVY, 1999, p. 39), graças ao volume de informação produzido espontaneamente pela sociedade, seus meios técnicos de reprodução e de conservação, vivemos na época que mais produziu arquivos (NORA, 1993). Isso porque à medida que a memória tradicional desaparece, somos forçados a acumular sinais visíveis do que foi, criando ambientes artificiais, chamados por Michel de Certeau (1994) de lugares de expressão e simbolização, ou lugares de memória, posto que não existam mais meios de memória (NORA, 1993).

Portanto, no âmbito da CI a memória reporta ao passado, fato registrado, podendo servir como fonte histórica de pesquisa, e essa mesma memória, hoje serve como fonte de estudos científicos, gerada como projeção para o futuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações apresentadas nesta pesquisa, observa-se que a memória é objeto de estudo nos mais variados campos do conhecimento científico, possibilitando, a partir de diversas abordagens, a real importância da preservação da memória para as Ciências, principalmente da Informação. Outro ponto discutido ao longo do trabalho foi a participação da CI no tratamento dos registros informacionais, contribuindo para sua preservação e conservação para que esses mesmos registros possam ser utilizados pelas gerações.

De modo geral, a partir dos aspectos explicitados, a CI é a ciência que aborda especificamente questões referentes ao tratamento e preservação da memória, objetivando a sua perduração para que assim, possa ser disseminada e recuperada. Para tanto, enfatiza-se a prática permanente do tratamento dos registros informacionais, função inerente ao profissional da informação.

A partir desta análise, foi enfatizada a importância dos espaços sociais da memória que armazenam a informação, denominados de lugares de memória - bibliotecas, museus, centros de documentação e arquivos - por se tratar de ambientes que resguardam e preservam a informação e que contribuem dessa forma, para a construção da memória.

Com o advento das novas tecnologias, os registros informacionais em seus formatos impressos estão se adaptando aos suportes em formatos digitais, sendo disponibilizados virtualmente na web. No entanto, observa-se que ultimamente há uma eminência de informações disponibilizadas exponencialmente, acarretando uma massa informacional que poderá ter determinados problemas quanto à recuperação. É a partir deste contexto que a CI passa a ter como desafio o tratamento dessa massa informacional para assim, recuperá-la.

Numa era onde tudo se converge para a Internet, é relevante questionar qual a garantia que os conteúdos produzidos originalmente em formato digital estarão disponíveis para as gerações futuras. Como ficará o arquivamento dessas informações ao longo do tempo? E como será a eficácia para a recuperação

dessas informações disponibilizadas virtualmente? São questões que necessitam de amplas reflexões e pesquisas na área.

Torna-se evidente, pois, a necessidade de se criar políticas de arquivamento na web a partir de uma organização virtual, colaborativa, no sentido de organizar a massa de informações, tendo como principais objetivos coletar, preservar e tornar acessível o conteúdo da internet para as futuras gerações, no sentido de contribuir para a guarda permanente da memória.

## REFERÊNCIAS

ABCKER, A. et al. **Towards a Well-Founded Technology For Organizational Memories**. Disponível em: <<http://ksi.cpsc.ucalgary.ca/AIKM97/abecker/OM.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ACKERMAN, M. Augmenting Organizational Memory: a field study of answer garden. In **ACM Transactions on Information Systems**, vol. 16, n. 3, p. 203–224, jul.1998.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da Informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, p. 41-54. 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Mediação da Informação e múltiplas linguagens**. Pesq. Brás. Ci. Inf., Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene de. A Ciência da Informação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marlene de (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, cap. 3, p. 45-60. 2005. (Coleção Didática).

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Minister, 2005. 232 p.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. A abordagem do conceito como uma estrutura semiótica. **Transinformação**, v. 20, p. 47-58, jan./abr. 2008.

BARRETO, A. A. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n.4, p. 3-8, 1994.

BARROS, Daniela Martí. A memória. **Comciência**, n. 52, p. 1-4, mar.2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/15.shtml>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

BATTELLE, JOHN. **A busca: como o Google e seus competidores reinventaram os negócios e estão transformando nossas vidas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BELOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. In: **I Ciclo de Palestras Sobre Arquivos e Gestão Documental**, 2011, São Paulo. São Paulo: Arquivo Público do Estado/casa Civil; Tribunal de Justiça do Estado, 2011. 130 p.

BELOTTO, Heloísa Liberalli. Da administração à história: ciclo vital dos documentos e função arquivística. In: \_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 1, p. 23 – 34.



BELOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. **Arquivo**: boletim histórico e informativo, São Paulo, v. 10, n. 2, jul.-dez. 1989.

BLANCO, Ricardo Román. **Estudos Paleográficos**. São Paulo: Laserprint, 1987.

BRAZ, Márcia Ivo. **Dispositivos de memória para informação jurídica**: análise de procedimentos de indexação. Recife: O autor, 2013.

BUCKLAND, M. **Information and information systems**. New York, Praeger, 1991, p. 43, 44, 46 e 47.

BUSH, Vannevar. As we may think. **Atlantic Monthly** 176, nº. 1: 101-108, 1945.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-9362007000100012&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-9362007000100012&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em: 08 fev. 2014.

CARVALHO, Delgado de. **História Documental**: moderna e contemporânea. Rio de Janeiro: Record, 1976. 355 p.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13 ed. São Paulo: Ática, 2005.

COOK, Terry. **A ciência arquivística e o pós-modernismo**: novas formulações para conceitos antigos. Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 3-27, Jul./dez.2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. In: \_\_\_\_\_. Memória, potencialidades e significados. **História oral: Memória, tempo e identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 281-309. 2006.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DODEBEI, Vera. Memória e informação – interações no campo de pesquisa. In: MURGUIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010. p. 59-78.

ENTINI, Carlos Eduardo. **Quem arquivará a internet para as futuras gerações?** 2013. Estadão. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,quem-arquivara-a-internet-para-as-futuras-geracoes,9215,0.htm>>. Acesso em: 24 set. 2013.

FERREIRA, Jonatas; AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. **Política & Sociedade**, v.4, p. 137–166, abril. 2004.

FERREIRA, Letícia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Perspectivas em Ciência da Informação. Jan./Mar. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141399362013000100011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141399362013000100011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 14 de agosto de 2013.

FONSECA, Maria Odília. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 121 p.

FONTOURA, Marcelo Carneiro da. A Documentação de Paul Otlet: Uma proposta para a organização racional da produção intelectual do homem. Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.academia.edu/2585967/>>. Acesso em: 10 de jan. 2014.

FRANÇA DIRECTION DES ARCHIVES. **Manual francês de arquivística**. França, 1970.

FREIRE, Isa Maria. ARAÚJO, Vania M. R. Hermes de. Tecendo a rede de Wersig com os indícios de Ginzburg. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 4, ago. 2001.

FREIRES, Thiago Gaudêncio Siebert. **Relações entre a Ciência da Informação e as Ciências da Comunicação**: um estudo dos conceitos de representação documentária, mediação e comunicação científica. 201 f. 2007. TCC (Graduação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/TCC-Freires.pdf>. Acesso 20 de jan. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, Loraine Slomp. Da memória nasce a História. IN: LENSKIJ, T. & HELFER, N.E. (Org.) **A memória e o ensino de História**. Santa Cruz do Sul: Edunisc; São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. **O caráter seletivo das ações de informação**. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 7-31, 2000.

GOUVEIA JÚNIOR, Mário. **A Gestão da Memória: as políticas públicas culturais e a situação dos museus no estado de Pernambuco**. Recife: O autor, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOMULOS, P. **Museums to libraries**: a family of collecting institutions. *ArtLibrariesJournal*, v.15, n.1, p.11-13, 1990.

IZQUIERDO, Ivan. **A arte de esquecer**. São Paulo: Vieira & Lent, 2004.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

**Johanna W. Smit**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Brasília, Distrito Federal: Brinquet de Lemos, 1996.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 2004. p. 3-11.

LE GOFF, Jacques. **História e memória: memória**. Lisboa: Edições 70, 2000. v. 2 ISBN 9724410285.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

LÉVY, Pierre. **A ideografia dinâmica: rumo a uma imaginação artificial**. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. A internet e a crise de sentido. In: PELLANDA, Nize M. Campos; PELLANDA, Eduardo Campos (Org.). **Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. P. 21-25.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Editora 34, 1993.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos**. Niterói (RJ): Ed. Universidade Federal Fluminense; São Carlos (SP): Ed. Universidade Federal de São Carlos, 1996.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Ossenhores da memória e do esquecimento. **Transinformação**, v. 10, n. 1, p. 87-96, jan./abr., 1998.

MASSON, Sílvia Mendes. **A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.85-103, jan./jun. 2006.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**. Brasília: Brinquet de Lemos. 1999.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da Memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e Cultura: a importância na formação cultural humana**. São Paulo: SESC SP, 2007.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramaZero**, v.9, n.6, dez/2008. Disponível em [http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art\\_02.htm](http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art_02.htm) Acesso em 16 jan. 2014.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus**. São Paulo: Compacta, 2010.

NAMER, G. Les institutions de mémoire culturelle. In: \_\_\_\_\_. **Mémoire et société**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987. p. 159-185.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, 1993.

**O CONCEITO DE MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ibict, v. 7, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/416/298>. Acesso em: 20 dez. 2013.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. cap. 1. p. 9-28. (Coleção Didática).

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georget Medleg. **LIINC EM REVISTA**. Rio de Janeiro: Ibict, v. 7, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 20 jan. 2014.

OTLET, P. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles, Mundaneum, 1934.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação: os sinais enunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 61-86.

PINSKY, Carla Bassaneze (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. In: MURGUIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010. p. 33-43.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Basília: Thesaurus, 2003.

SANCHO, Juana Maria. **Para uma Tecnologia Educacional**. Porto Alegre, Artmed, 1998.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação**. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, Armando Malheiro da. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998. v. 1.

SILVA, Rogério Forastierida. In: \_\_\_\_\_. **Nova História e o pós-modernismo. História da Historiografia**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 281-309. (Coleção História).

SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. 154 p. (Seminários e Debates).

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. Memória, cultura e moderna sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SMIT, Johanna W. **Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces da Ciência da Informação**. Inf. Londrina, v. 8, n. 1, jun. /dez. 2003.

SORGENTINI, Hernán. "Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História**. Volume 23, ano 45, São Paulo, julho de 2003.

SOUZA, Edivanio Duarte de. Dimensões teórico-metodológicas da Ciência da Informação: dos desafios à consolidação epistemológica. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)**, 9, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, out. 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/1576.pdf>. > Acesso em 11 fev. 2014.

STEIN, Eric W. Organizational Memory: Review of Concepts and Recommendations for Management. **International Journal of Information Management**, v.15, n.1, p.17-32, 1995.

TOUTAIN, Lidia Maria Batista Brandão (Org.). **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: Edufba, 2007. 239

VÁZQUEZ, Manuel. **Introducción a La archivología**. Buenos Aires: Asociación Bonaerense de Archiveros, s.d.

VILLAÇA, Nízia. **Impresso ou eletrônico? Um trajeto de leitura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v. 9, n.4, 1975 (versão traduzida por Tarcísio Zandonade).

WERSIG, G. **Política arquivística**. Trad. E notas de H. Bellotto. *Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, n. 19-23, 1993, p. 10-22.

ZINS, C. Conceptual approaches for defining data, information, and knowledge. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v.58, n.4, p.479-493. 2007.